

às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. As demonstrações contábeis consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. 2.2. **Base de consolidação e investimentos em controladas:** Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. *Joint venture* é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle. Os investimentos da Companhia em coligadas e *joint ventures* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

Através da CR Almeida S/A - Engenharia e Construções:

Denominação	% de Participação		Atividade Principal
	2014	2013	
Primav Construções e Comércio S/A	99,99	99,99	Execução e a exploração de todas as áreas da engenharia e construção.
Mandarin Agropecuária Ltda.	99,97	99,97	Exploração agrícola e pecuária
Agrupositoril Madeireira e Colapastora Sanhaço Ltda.	99,99	99,99	Exploração agrícola e pecuária
CHR - Administradora de Bens Ltda	94,20	94,20	Administração de bens próprios e incorporação de imóveis
Proyectos y Explosivos S.A.	100,00	100,00	A empresa tem por objeto social a venda de materiais explosivos e serviços de aplicação.

Controlada em Conjunto:

Denominação	% de Participação		Atividade Principal
	2014	2013	
IBQ - Indústrias Químicas S/A	33,33	33,33	Tem como atividade a criação de soluções, fabricação e o fornecimento de explosivos e acessórios de detonação destinados a: mineração, construção civil pesada e pedreiras.

Através da Primav Construções e Comércio S.A.:

Controladas Indiretas:

Denominação	% de Participação		Atividade Principal
	2014	2013	
CR Almeida S/A - Engenharia e Obras	100,00	100,00	Execução e a exploração de todas as áreas da engenharia e construção.
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	63,99	63,99	Operação de ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim

Controlada em Conjunto

Denominação	% de Participação		Atividade Principal
	2014	2013	
Concessionária do Monotrilho da Linha 18-Bronze S.A.	55,00	-	Concessionária em regime de Parceria Público-Privada ("PPP") com o Estado de São Paulo, visando fornecimentos e implantação de obras, operação, manutenção e conservação de sistema de transporte de passageiros através de tecnologia "VLT" para interligação da região do ABC ao sistema metro ferroviário do município de São Paulo.

Através da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.:

Controladas Indiretas:

Denominação	% de Participação		Atividade Principal
	2014	2013	
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	100,00	100,00	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL01 Participações S.A.	100,00	100,00	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	58,00	58,00	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Ecoporto Santos S.A.	100,00	100,00	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	100,00	100,00	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
Ecoporto Transporte Ltda.	100,00	100,00	Movimentação interna de contêineres das empresas Ecoporto Santos e Termares, atendendo o mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.

Controladas em Conjunto:

Denominação	% de Participação		Atividade Principal
	2014	2013	
Elog S.A.	80,00	80,00	Prestações de serviços de armazéns-gerais e serviços específicos de logística. Holding do segmento de logística da Companhia.
Serviços de Tecnologia e Pagamentos S.A. - STP	-	11,41	Opera com serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre.
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	20,00	-	Exploração do ContornoMetropolitano Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Através da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:

Controladas Indiretas:

Denominação	% de Participação		Atividade Principal
	2014	2013	
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100,00	100,00	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100,00	100,00	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100,00	100,00	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatataras	100,00	100,00	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul 90,00 90,00 Exploração pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

Através da ELOG S.A.:

Denominação	% de Participação		Atividade Principal
	2014	2013	
Ecopató Logística Cubatão Ltda.	80,00	80,00	Administrar o terminal intermodal e regular o fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos.
ELG-01 Participações Ltda.	80,00	80,00	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Elog Logística Sul Ltda.	80,00	80,00	Prestação de serviços de armazéns-gerais e serviços especificados de logística.
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	80,00	80,00	Empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais.
Paquetá Participações Ltda.	80,00	80,00	Administração de bens próprios.

2.3. **Contratos de concessão:** Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão, por entidade: **I. Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.:** Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigerá até setembro de 2025. **II. Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas:** Administra conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigerá até junho de 2039. **III. Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.:** Explora 136,7 km de rodovia, constituídos por: (a) BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigerá até novembro de 2021. **IV. Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatataras:** Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado. O prazo de duração do contrato de concessão é 13 de novembro de 2021. A concessão foi contabilizada como ativo intangível. **V. Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul:** Explora as seguintes rodovias e trechos:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguaraó	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

O fim da concessão, contabilizada como ativo intangível, está previsto para março de 2026. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. **VI. ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.:** Explora pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de 2038, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. **VII. Ecoporto Santos S.A.:** A Ecoporto Santos S.A. é uma empresa brasileira que realiza operações portuárias e também o manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação, com terminal próprio no Porto de Santos, nos termos da licitação 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. O prazo contratual é de 25 anos, o qual se encerra em 12 de junho de 2023, renováveis por mais 25 anos, tomando a premissa pela renovação, o contrato de concessão será extinto em 2048. **VIII. Concessionária do Monotrilho da Linha 18 - Bronze S.A.:** A Concessionária do Monotrilho da Linha 18 - Bronze S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de maio 2014, com sede na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, 387, São Paulo - SP. A Companhia foi constituída com o propósito específico de assumir o contrato de concessão em regime de Parceria Público-Privada ("PPP") com o Estado de São Paulo através de sua Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos na modalidade de concessão patrocinada dos serviços, fornecimentos e implantação de obras, operação, manutenção e conservação de sistema de transporte de passageiros através de tecnologia de monotrilho ou Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT") para interligação da região do ABC, constituída pelos municípios de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André ao sistema metro ferroviário do município de São Paulo. A concessão terá prazo de 25 anos, contados a partir da emissão da Declaração de Início do Prazo de Vigência da Concessão, cuja emissão está prevista para agosto de 2015 e abrangerá 13 estações e cerca de 14,9 quilômetros de vias. Atualmente, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional com início previsto de operação para o exercício de 2019. 2.4. **Moeda funcional de apresentação:** As demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). **Nota 03 - Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais da Companhia (BR GAAP) e consolidadas (IFRS): a) **Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. b) **Instrumentos financeiros:** (i) Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação: 1) Empréstimos e recebíveis: São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado. 2) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Redução do valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. (ii) Passivos financeiros: Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de garantia financeira. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor

estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. (iii) Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. c) **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura - Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Ativos intangíveis - Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. d) **Provisões gerais:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. e) **Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. f) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. g) **Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. h) **Normas, alterações e interpretações de normas:** (i) A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, mas que não surtiram efeitos significativos nas demonstrações contábeis anuais da Companhia:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações contábeis
Alteração IFRS 12 - Entidade de Investimento	Dentre outros esclarecimentos, fica a Administração do Grupo avaliou os IFRS 12 e estabelecido que a entidade que não impactos da alteração do IFRS 10, IAS 28 - Entidade de investimento poderá manter, IFRS 12 e IAS 28 e entende que sua de investimento - na aplicação da equivalência adoção não provocará um impacto exceções a regra patrimonial, a mensuração do valor relevante nas demonstrações de consolidação justo por meio do resultado utilizada contábeis do Grupo.	

(ii) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2015:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações contábeis
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, a Administração do Grupo está de substituir a IAS 39. As principais avaliando os impactos do IFRS mudanças previstas são: (i) todos 9 e entende que sua adoção não os ativos financeiros devem ser, provocará um impacto relevante nas inicialmente, reconhecidos pelo seu demonstrações contábeis do Grupo. valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	O principal objetivo é fornecer a Administração do Grupo está princípios claros para o avaliando os impactos do IFRS reconhecimento de receita e 15 e entende que sua adoção não simplificar o processo de elaboração provocará um impacto relevante nas das demonstrações contábeis. demonstrações contábeis do Grupo.	
Alteração IFRS 11 - Negócios em Conjunto	A entidade participante de uma joint A Administração do Grupo está venture deve aplicar os princípios avaliando os impactos da alteração relevantes relacionados à combinação do IFRS 11 e entende que sua de negócios, inclusive no que diz adoção não provocará um impacto respeito às divulgações requeridas. relevante nas demonstrações contábeis do Grupo.	
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	Método de depreciação e amortização A Administração do Grupo está deve ser baseado nos benefícios avaliando os impactos da alteração econômicos consumidos por meio da IAS 16 e IAS 38 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações contábeis do Grupo.	
Alteração IFRS 10 a IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e associado ou joint venture (negócio em conjunto)	O objetivo da alteração é corrigir a A Administração do Grupo inconsistência entre os requisitos está avaliando os impactos da do IFRS 10 - Demonstrações alteração da IFRS 10 e IAS 28 Financeiras Consolidadas e o IAS 28 - entende que sua adoção não Investimento em Coligada, Controlada provocará um impacto relevante e Negócio em Conjunto, ao lidar com nas demonstrações financeiras do a perda de controle de uma subsidiária Grupo. que é contribuída para uma coligada, controlada ou negócio em conjunto. Vigência a partir de 01/01/2016.	
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a A Administração do Grupo está informação contábil-financeira deve avaliando os impactos da alteração da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.	

(iii) Alterações de pronunciamentos já existentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações contábeis
IFRS 7 - Instrumentos financeiros (Divulgação) - Aplicabilidade das divulgações de off-set às demonstrações contábeis condensadas	A alteração suprime a expressão "e A Administração do Grupo está períodos intermediários dentro desses avaliando os impactos do IFRS períodos anuais" do parágrafo 44R, 7 e entende que sua adoção não esclarecendo que estes requerimentos provocará um impacto relevante nas de divulgação do IFRS 7 não são demonstrações contábeis do Grupo. exigidas em demonstrações contábeis condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue "uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações contábeis condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.	

IFRS 7 - Contratos de serviços
Contratos de serviços geralmente A Administração do Grupo está atenta à definição de envolvimento avaliando os impactos do IFRS contínuo em ativo financeiro 7 e entende que sua adoção não transferido para fins de divulgação, provocará um impacto relevante na A confirmação de envolvimento demonstrações contábeis do Grupo. contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem às definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C). Vigência a partir de 01/01/2016.

IFRS 5 - Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas
Esclarece-se, através da emissão A Administração do Grupo está de guidance, as circunstâncias em avaliando os impactos do IFRS que uma entidade reclassifica ativos 5 e entende que sua adoção não mantidos para venda para ativos provocará um impacto relevante nas mantidos para distribuição aos demonstrações contábeis do Grupo. sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais o critério para manterem esta classificação. Vigência a partir de 01/01/2016.

IAS 19 - Benefícios a Empregados - taxa de desconto
Em um mercado ativo composto A Administração do Grupo está por diferentes países, com moeda avaliando os impactos da IAS 19 funcional comum, a determinação e entende que sua adoção não da taxa de desconto deve ser feita provocará um impacto relevante nas com base em títulos de baixo risco demonstrações contábeis do Grupo. do país, não no nível da moeda funcional. Vigência a partir de 01/01/2016.

IAS 34 - Demonstração Intermediária - Divulgação de informações em outras partes das demonstrações contábeis intermediárias
Estabelece que as divulgações A Administração do Grupo está intermediárias necessárias devem avaliando os impactos da IAS 34 ser incluídas ou nas demonstrações e entende que sua adoção não contábeis intermediárias ou provocará um impacto relevante nas incorporadas por referência entre demonstrações contábeis do Grupo. as demonstrações contábeis intermediárias e onde quer que estejam incluídas dentro das informações intermediárias (por exemplo, no comentário da administração ou do relatório de risco). Vigência a partir de 01/01/2016.

Nota 04 - Uso de Estimativas e Julgamento: A Administração da Companhia e de suas controladas estabelecem estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão da Companhia e suas características estão descritas na nota explicativa nº 2.3. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 7,21% e 12,20% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações. b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 19.

Nota 05 - Reapresentação Retrospectiva: Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 foram reapresentadas em relação à sua última divulgação para contemplar a modificação reflexa do critério de avaliação do instrumento financeiro representativo de investimentos em um fundo denominado "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Seleccionados III" antes classificado como instrumento financeiro na modalidade "investimentos mantidos até o vencimento" reconhecido por seus valores aportados (custo contábil) que passou a ser classificado como "instrumento financeiro disponível para venda" e, portanto, com critérios de mensuração pelo seu valor justo aplicados de maneira retrospectiva. Para determinação do valor justo, utilizou-se a metodologia de determinar os valores dos fluxos futuros do instrumento financeiro trazidos a valor presente. Os efeitos da atualização desse instrumento financeiro, primeiramente ao seu custo amortizado, foram computados ao resultado do exercício (e em resultados de exercícios anteriores). Já o correspondente ajuste a valor justo, foi considerado, em cada período contábil, em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. Todos os ajustes retrospectivos, levaram em consideração os aspectos fiscais envolvidos e, também, foram produzidos os efeitos retrospectivos nos dividendos obrigatórios e demais reservas, conforme a seguir apresentado:

	Divulgado		Ajustes	
	Original-mente	De 2013	Até 2012	Reapresentado
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	29.669	9.457	33.207	72.333
Investimentos	1.742.867	8.621	90.425	1.841.912
Reservas de lucros - Legal	340.468	617	-	341.085
Reservas de lucros - Estatutária	149.578	617	-	150.195
Reservas de lucros - Dividendos adicionais	572.808	11.104	139.819	723.731
Ajustes de avaliação patrimonial	136.570	(21.743)	(16.187)	98.640
Resultado do exercício - Res. de equivalência patrimonial	107.311	39.821	-	147.132
Consolidado				
	Divulgado	Ajustes		
	Original-mente	De 2013	Até 2012	Reapresentado
Reservas de lucros - Legal	340.468	617	-	341.085
Reservas de lucros - Estatutária	149.578	617	-	150.195
Reservas de lucros - Dividendos adicionais	572.808	11.104	139.819	723.731
Ajustes de avaliação patrimonial	136.570	(21.743)	(16.187)	98.640
Resultado do exercício - Receitas financeiras	920.357	39.821	-	960.178

Nota 06 - Venda de Participação: Em 05 de agosto de 2013, a controlada indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. comunicou ao mercado, que celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a Sampa Participações Ltda. afiliada Raizen Combustíveis para venda de 10% das ações que detém na STP, passando a deter 11,41%. A conclusão financeira era condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas dentre elas, a obtenção da previa autorização do Conselho de Defesa Econômica - CADE, o qual foi concluído em 03 de outubro de 2013. O valor do ganho na venda do investimento (R\$ 31.838 mil) foi consignado na demonstração do resultado. Em 04 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou contrato de venda da totalidade de sua participação no capital da Serviços de Tecnologia de Pagamentos - STP (11,41%), para a Feelene I, LLC e Feelene II, LLC, controladas por Capital International Private Equity Fund VI, L.P. e sua afiliada CGPEVI, L.P., pelo valor total de R\$ 292.127 mil (R\$ 291.016 mil líquido, descontado 0,38% de IOF). As condições precedentes foram cumpridas em 20 de março de 2014 com a efetiva transferência das ações decorrentes dessa operação. O valor do ganho na venda do investimento (R\$ 274.067 mil) foi consignado na demonstração do resultado. O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, o qual prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, na proporção de sua participação (11,41%), de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos ou contingências de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, cível, concorrencial, regulatória, de defesa do consumidor ou de qualquer natureza, independentemente de verificação de culpa ou dolo. O contrato prevê as seguintes limitações: (i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$ 50 mil por perda individual e limite máximo de 20% do preço de aquisição apenas em algumas hipóteses. Em outras, o valor é limitado a 100% do preço de aquisição; (ii) A indenização não é aplicável a perdas decorrentes de fatos, atos, eventos e/ou omissões que tenham sido revelados no Contrato e em seus anexos; (iii) O limite temporal de 3 (três) anos é aplicável apenas em algumas hipóteses. Em outras, o limite é o prazo prescricional aplicável à natureza da respectiva perda. Nota 07 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa	-	-	22.883	16.311
Bancos conta-movimento	78	-	5.525	5.783
Aplicações financeiras	-	-	659.271	1.080.728
	78		687.679	1.102.822

As aplicações financeiras estão compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fundos de investimento	(a)	-	574.669	1.015.088
Compromissadas e certificados de depósito bancário - CDBs	(b)	-	42.387	63.883
Debêntures	(c)	-	42.215	1.757
			659.271	1.080.728

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados. As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 100,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos não vinculados se referem, substancialmente, às aplicações financeiras

b) Créditos de precatórios a receber - A movimentação nessa rubrica é apresentada a seguir:

Movimentações	Estado do Paraná - Central do Paraná		Estado do Paraná - Alexandra Matinhos		Estado de Rondônia	Município de Pelotas/RS	Município de São Jerônimo/RS	Município de Maringá/PR	Município de Petrolina/PE	Estado de Minas Gerais	Total
	União Federal	Paraná	Paraná	Matinhos							
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	467	2.414.304	-	-	-	-	2.786	8.207	-	-	2.425.764
Reconhecimento	-	-	7.218	-	1.569	6.371	-	-	-	-	15.158
Aquisições	-	5.809	-	-	-	-	-	-	-	-	5.809
Atualizações	71	581.326	-	-	-	-	-	-	-	-	581.397
Recebimentos	-	-	-	-	-	-	(82)	-	-	-	(82)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	538	3.001.439	7.218	1.569	6.371	2.704	8.207	-	-	-	3.028.046
Reconhecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	186	186
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cessões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualizações	3	250.403	-	-	-	-	-	-	-	-	250.406
Recebimentos	(138)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(138)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	403	3.251.842	7.218	1.569	6.371	2.704	8.207	186	9.738	2.852	3.278.500

Movimentações	Estado do Paraná - Central do Paraná		Estado do Paraná - Alexandra Matinhos		Estado de Rondônia	Município de Pelotas/RS	Município de São Jerônimo/RS	Município de Maringá/PR	Município de Petrolina/PE	DRE/AC - Obra Rio Branco Ruas	Estado de Minas Gerais	Total
	União Federal	Paraná	Paraná	Matinhos								
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	467	2.755.642	-	-	-	-	2.786	8.207	-	-	2.852	2.769.954
Reconhecimento	-	-	7.218	-	1.569	6.371	-	-	-	-	-	15.158
Aquisições	-	5.809	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.809
Atualizações	71	581.326	-	-	-	-	-	-	-	-	-	581.397
Recebimentos	-	-	-	-	-	-	(82)	-	-	-	-	(82)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	538	3.342.777	7.218	1.569	6.371	2.704	8.207	-	-	186	9.738	3.372.236
Reconhecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	186	9.738	9.924
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cessões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualizações	3	250.403	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250.406
Recebimentos	(138)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(138)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	403	3.593.180	7.218	1.569	6.371	2.704	8.207	186	9.738	2.852	3.632.428	

Da totalidade dos precatórios dos quais a Companhia é detentora, merecem destaque os R\$ 3.251.842 mil (R\$ 3.593.180 mil no consolidado) que são correspondentes a valores remanescentes de exercícios anteriores, decorrentes de direitos indenizatórios pelo não pagamento de serviços executados pela Companhia na Ferrovia Central do Paraná, objeto de emissão de precatórios contra o Estado do Paraná. Referidos precatórios, todos decorrentes de sentenças transitadas em julgado, são assim detalhados:

compromissadas, remuneradas a taxa média ponderada de 96,4% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato. (c) Os recursos aplicados em debêntures são substancialmente remunerados a taxa de 97,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

Nota 08 - Investimentos Temporários:

		Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Certificados de depósito bancário	(a)	-	13.005	1.263	31.538
Fundo de investimentos em direitos creditórios	(b)	-	-	559.485	320.102
Fundo de invest. em direitos creditórios - Ajuste a valor justo	(b)	-	-	(69.852)	(37.930)
Fundo de investimento financeiro	(a)	-	-	53.165	52.491
Outros	-	-	-	4.407	13.061
				13.005	548.468
				13.006	549.959
				13.006	548.469
				13.006	548.469

(a) Os CDBs e fundos de investimento são remunerados à taxa de 99,1% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estar vinculada no processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas indiretas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 17). A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário. (b) Fundo de investimentos em direitos creditórios - Durante o exercício de 2010 a Controlada Primav Construções e Comércio S/A e a controlada indireta CR Almeida S/A - Engenharia de Obras aportaram parte dos precatórios de suas propriedades em fundos de investimentos denominados "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Seleccionados III" e "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Seleccionados IV" que têm por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de precatórios de titularidade do cedente. Sobre os valores aportados, nos montantes de R\$ 175.124 mil (Primav Construções e Comércio S/A) e R\$ 195.808 mil (CR Almeida S/A - Engenharia de Obras), foi aplicado um deságio equivalente a 63,74%, representado pelas condições da época de negociação de mercado, resultando em aportes líquidos de R\$ 63.500 mil e R\$ 71.000 mil, respectivamente. Além disso, cada empresa aportou também R\$ 1.500 mil em moeda corrente. Os Fundos, conforme registros e divulgações na Comissão de Valores Mobiliários apresentam, em 31 de dezembro, as seguintes características e posição:

FDIC-NP III - Nome Fundo:	FIDC-NP PRECATÓRIOS SELECIONADOS III
CNPJ Fundo:	11.641.910/0001-70
Administrador:	BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM
CNPJ Administrador:	59.281.253/0001-23
Situação do Fundo:	Em funcionamento normal.
Patrimônio Líquido:	\$ 69.731 mil (R\$ 68.657 mil em 31/12/2013).
FDIC-NP IV - Nome Fundo:	FIDC-NP PRECATÓRIOS SELECIONADOS IV
CNPJ Fundo:	11.728.856/0001-02
Administrador:	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ Administrador:	00.066.670/0001-00
Situação do Fundo:	Em funcionamento normal.
Patrimônio Líquido:	R\$ 71.575 mil (R\$ 71.806 mil em 31/12/2013).

Após o exercício social de 2014, a Controlada Primav Construções e Comércio S.A. adquiriu de sua Controlada - CR Almeida S/A - Engenharia de Obras - os direitos sobre as quotas do "FIDC-NP PRECATÓRIOS SELECIONADOS IV" pelo montante equivalente ao custo amortizado (R\$ 295.137 mil) daquele instrumento financeiro, classificando-o como "instrumento financeiro disponível para venda". Para determinação do valor justo, utilizou-se a metodologia de determinar os valores dos fluxos futuros do instrumento financeiro trazidos a valor presente. Os ajustes a valor justo foram contabilizados em contrapartida de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. Nota 09 - Contas a Receber:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Faturas e títulos a receber	(a)	29.762	24.027	312.974
Serviços executados a faturar	(a)	-	-	51.868
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(a)	(21.806)	-	(37.428)
Créditos de precatórios a receber	(b)	3.278.500	3.028.046	3.632.428
Rendas a Receber - Total				
Return Swap	(c)	-	-	207.197
Outras contas a receber	-	-	-	15.382
				10.301
				3.286.456
				3.052.073
				4.182.421
				3.977.658
Ativo circulante				2.891
Ativo não circulante				16.536
				3.286.456
				3.035.537
				4.182.421
				3.977.658

a) Faturas e títulos a receber, Serviços executados a faturar e Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Representam preponderantemente valores a receber provenientes de faturas emitidas e de medições de serviços realizados ainda não faturados, pedágio eletrônico, exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários, acessos por clientes de portos, e outros serviços. A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a expectativa desfavorável da administração da Companhia e de suas controladas quanto ao recebimento dos valores.

Detalhamento	Nº do Precatório	Data de Expedição	Controladora		Consolidado		Nota 10 - Tributos e Contribuições a Recuperar:				
			2014	2013	2014	2013	Controladora		Consolidado		
Ação Ordinária nº 397 - 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba	57.220/1998	23/06/98	-	-	(25.538)	(9.859)	Imposto de renda	5.132	7.873	63.234	45.063
Ação Ordinária nº 1.452 - 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba	47.464/1994	29/11/94	-	-	(570)	-	Contribuição social	-	470	12.065	3.345
Ação Ordinária nº 11.091 - 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba	51.218/1997	30/06/97	-	-	231.395	193.399	Cofins	1.098	1.098	1.607	2.287
Ação Ordinária nº 11.092 - 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba	48.609/1997	26/06/97	-	-	1.910	-	Pis	238	238	1.468	499
Ação Ordinária nº 2.082 - 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba	20.607/1991	16/11/94	-	-	207.197	183.540	Inss	1.145	1.144	4.868	3.659
			-	-	62.748	26.582	Iss	-	-	1.686	1.612
			-	-	144.449	156.958	Outros	-	-	13	41
			-	-	207.197	183.540		7.613	10.823	84.941	56.506

Valor Justo
 . Valor pelo custo amortizado - Credit Suisse
 . Valor pelo custo amortizado - Bradesco
 . Ajuste a valor justo - Credit Suisse
 . Ajuste a valor justo - Bradesco

Ativo circulante
 Ativo não circulante

Credit Suisse - Em 04 de outubro de 2013, a Controlada Primav Construções e Comércio S/A contratou um instrumento financeiro denominado "total return swap" com Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado. A ponta ativa é representada por valores que serão distribuídos pelo fundo denominado Precatórios CPU II - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Não Padronizados (FIDC). A ponta passiva é representada por Variação Cambial + 10,85% a.a. sobre o valor base de referência de R\$ 110.000 mil. O contrato não é negociado separadamente e sua liquidação será realizada pelo valor líquido. O valor justo da ponta ativa foi apurado pelas projeções dos fluxos do recebível da carteira do FIDC e trazidas a valor presente pela taxa de juros de mercado, acrescido de um spread estimado de risco. O recebível do FIDC conta com garantias de bens imóveis e precatórios emitidos pelo Governo do Estado do Paraná. O valor justo da ponta passiva foi obtido pelas projeções do dólar nas datas futuras, acrescidas do spread contratual e trazidas a valor presente por uma taxa de juros de mercado livre de risco. Para o cálculo do valor justo, a Companhia utilizou das taxas referenciais divulgadas pela BM&F BOVESPA. **Bradesco** - Em 21 de janeiro de 2014, a Controlada Primav Construções e Comércio S/A firmou contrato de empréstimo em moeda estrangeira (dólar americano), com o Banco Bradesco Europa no montante de USD 15.000 mil, equivalente a R\$ 35.003 mil, com vencimento em 29 de janeiro de 2015. A remuneração definida foi de juros de 1,3721% a.a., cujo pagamento, assim como o do principal, ocorrerá apenas ao final da operação. Para proteção dos efeitos da variação cambial deste empréstimo internacional, foi firmado, em 22 de janeiro de 2014, um contrato de swap com o Banco Bradesco S/A no Brasil. Nesta operação de swap ficou definida a seguinte troca: • Valor Nominal (referência): USD 15.000 mil; • Ponta Ativa (em favor da Primav): 3,0143% a.a. + Variação Cambial; • Ponta Passiva (em favor do Bradesco): 122,50% da CDI. O valor justo ou "marcação a mercado" é determinado com base nas taxas referenciais divulgadas pela BM&F BOVESPA. O Resultado apurado na liquidação da operação será pago pela Primav (ou ressarcida pelo Bradesco), apenas ao final da operação.

Nota 11 - Depósitos para Recursos: Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

Movimentações

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	14.959	13.906	115.897	104.557
Adições	75	1.915	46.577	7.240
Baixas	(9.751)	(863)	(19.887)	(2.473)
Atualização monetária	3.513	1	13.399	6.573
Saldo final	8.796	14.959	155.986	115.897

Nota 12 - Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber:

	Pro-ostos		Rece-bidos		Pro-ostos		Rece-bidos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Controladora:								
Primav Construções e Comércio S/A	42.665	62.494	(90.000)	70.171	126.964	(139.465)	82.672	82.672
IBQ - Indústrias Químicas S/A	1.313	1.313	(2.162)	2.162	662	(354)	1.854	1.854
Consolidado:	43.978	63.807	(92.162)	72.333	127.626	(139.819)	84.526	84.526
Elog S.A.	12.336	-	-	-	12.336	-	-	12.336
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	222	261	(39)	-	-	-	-	-
IBQ - Indústrias Químicas S/A	1.313	1.313	(2.162)	2.162	662	(354)	1.854	1.854
Serviço de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	-	4.986	(7.021)	2.035	21.514	(19.479)	-	-
	13.871	6.560	(9.222)	16.533	22.176	(19.833)	14.190	14.190

Nota 13 - Investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Participações em sociedades avaliadas por equivalência patrimonial	1.543.324	1.814.855	286.010	340.842
Ágio na aquisição de participações societárias	27.057	27.057	-	-
Outros investimentos	-	-	839	2.105
	1.570.381	1.841.912	286.849	342.947

	Controladora		Consolidado		ELOG S.A.	STP S.A.	Rota S.A.	Linha 18	IBQ	Proexsa	Total
	2014	2013	2014	2013							
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	8.484	19.306	1.764.334	19.397	29.913	-	-	-	-	-	1.841.434
Adição por aquisição	-	-	-	-	754	-	-	-	-	-	754
Resultado de equivalência patrimonial	63	(132)	145.446	(195)	2.787	-	-	-	-	-	147.132
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio destinados	-	-	(126.964)	-	(661)	-	-	-	-	-	(127.625)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(19.909)	-	126	-	-	-	-	-	(19.783)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	8.547	19.174	1.762.907	19.202	32.039	43	1.841.912	43	1.841.912	43	1.841.912
Resultado de equivalência patrimonial	73	(2.435)	(141.411)	(2.097)	24.947	(645)	(121.568)	-	-	-	(121.568)
Dividendos e juros sobre o capital próprio destinados	-	-	(62.493)	-	(1.313)	-	(63.806)	-	-	-	(63.806)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(31.086)	-	(126)	-	(31.212)	-	-	-	(31.212)
Transferência para "Ativos disponíveis para venda"	-	-	-	-	(55.673)	728	(54.945)	-	-	-	(54.945)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	8.620	16.739	1.527.917	17.105	-	-	1.570.381	-	-	-	1.570.381

Investidas	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Demonstração do Resultado				Atribuível a:	
	circulante	ativo não circulante	passivo circulante	passivo não circulante	líquido	receita líquida	lucro bruto	lucro/prejuízo operacional	resultado líquido do exercício	Companhia	Outros acionistas (Minorit.)	
Controladas diretas:												
Primav Construções e Comércio S/A	111.993	3.854.711	469.757	1.969.029	1.527.917	115.466	115.466	(135.782)	(141.412)	(141.412)	-	-
Mandarin Agropecuária Ltda.	28	3.355	32	2.571	780	-	-	(2.436)	(2.436)	(2.435)	(1)	(1)
Agropastoril Madeireira e Colonizadora Sanhaço Ltda.	8	8.348	97	2.252	6.008	-	-	(2.097)	(2.097)	(2.097)	-	-
CHR - Administradora de Bens Ltda	3.881	5.293	7	16	9.151	-	-	93	78	74	4	4
Projectos Y Explosivos S.A (Proex S.A.)	2.246	95	6.181	-	3.840	1.147	6	(644)	(644)	(644)	-	-
Controladas indiretas:												
Via Primav Construções e Comercio S.A.:												
Controladas diretas:												
CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	252.821	577.914	251.087	27.910	551.738	555.410	(161.528)	(46.256)	(72.912)	(72.909)	(3)	(3)
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	922.700	5.779.170	1.274.886	3.642.798	1.784.186	2.937.001	1.215.845	716.908	474.250	294.015	166.680	166.680
Via EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.:												
Controladas diretas:												
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	383.514	1.327.888	37.759	868.466	805.177	178.565	50.731	404.215	396.593	396.593	-	-
EIL01 Participações S.A.	274	-	1	-	273	-	-	25	19	19	-	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	51.022	284.831	208.737	5.392	121.722	290.943	29.404	10.984	(7.648)	(4.436)	(3.212)	(3.212)
EIL02 S.A.	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A.	62.942	770.037	224.170	581.949	26.860	337.714	156.135	10.104	(7.859)	(7.859)	-	-
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	39.492	53.389	16.741	5.956	70.184	114.765	76.652	24.892	16.388	16.388	-	-
Ecoporto Transporte Ltda.	8.832	7.475	5.124	3.759	7.424	19.436	(1.036)	(1.701)	(1.154)	(1.154)	-	-
Controladas Indiretas:												
Via EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:												
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	125.972	1.491.053	128.331	1.108.998	379.696	1.128.114	527.187	372.365	250.877	250.877	-	-
Concessionária das Rod. A. Senna e C. Pinto S.A. - Ecopistas	164.953	1.073.667	118.106	744.285	376.229	358.402	120.623	11.654	7.376	7.376	-	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	15.295	194.056	26.393	153.391	29.567	248.807	135.317	102.073	67.795	67.795	-	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	30.255	433.324	53.686	104.445	305.448	260.588	101.028	65.538	42.877	42.877	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	23.051	194.000	28.039	162.074	26.939	208.938	113.142	85.136	55.627	50.064	5.563	5.563
Via Elog S.A.:												
Ecopató Logística Cubatão Ltda.	14.602	137.139	6.003	921	144.816	39.296	1.407	(1.849)	(1.460)	(1.460)	-	-
ELG-01 Participações Ltda.	2	53.464	1	-	53.465	-	-	(2.407)	(2.407)	(2.407)	-	-
Elog Logística Sul Ltda.	14.342	46.077	20.321	6.813	33.285	84.145	20.506	3.198	2.311	2.311	-	-
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	207	53.472	416	9	53.254	-	-	(1.961)	(1.961)	(1.961)	-	-
Paquetá Participações Ltda.	-	11.000	-	-	11.000	-	-	(12)	(12)	(12)	-	-
Controladas em Conjunto:												
Elog S.A.	59.503	563.948	112.563	259.310	251.578	161.587	23.984	(65.893)	(40.930)	(32.744)	(8.186)	(8.186)
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	-	-	-	-	-	-	-	5.990	3.891	3.891	-	-
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	279.409	-	2.244	1.305	275.861	-	-	(1.800)	2.165	433	1.732	1.732
Controladas em conjunto												
Concessionária do Monotrilho da Linha 18 - Bronze S.A.	33.594	1.512	40	-	35.066	-	-	(4.446)	(2.934)	(1.614)	(1.320)	(1.320)
IBQ Indústrias Químicas S/A.	109.792	223.039	65.393	100.420	167.018	350.948	164.656	25.279	16.587	5.528	11.059	11.059

13.2 **Ágio na aquisição de participações societárias:** Na Controladora, os valores de ágio incorridos nas aquisições das participações societárias nas empresas Mandarin e Sanhaço decorrem da expectativa de rentabilidade futura daquelas sociedades por conta da mais valia existente em estoque de imóveis a comercializar naquelas empresas. Tendo em vista se tratar de imóveis (áreas de terra) com vida útil indefinida, os respectivos valores de ágio não são susceptíveis de amortização. No Consolidado, os valores são reclassificados para intangível.

Nota 14 - Imobilizado (Consolidado): Política contábil - O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

	Custo					Depreciação					Residual		
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012	
Hardwares	17,9	167.859	35.498	(1.509)	34	201.882	(117.160)	(20.366)	215	(3)	(137.314)	64.568	50.699
Máquinas e equipamentos	11,8	197.477	22.970	(3.660)	(4.529)	212.258	(62.968)	(31.543)	912	1.475	(92.124)	120.134	134.509
Móveis e utensílios	7,7	19.650	3.331	(190)	(5)	22.786	(7.071)	(1.482)	24	6	(8.523)	14.263	12.579
Terrenos	-												

Nota 15 - Intangível (Consolidado): Política contábil - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

	2014		2013	
	Valor Justo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Contratos de concessão	6.748.231	1.718.694	5.029.537	4.566.976
Softwares	83.520	47.761	35.759	27.620
Ágio na aquisição de investimentos	1.095.811	7.266	1.115.601	1.118.687
Intangível em andamento	26.528	-	26.528	33.875
Outros ativos intangíveis	37.576	7.840	29.736	29.368
	7.991.666	1.781.561	6.237.161	5.776.526

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 31 de dezembro de 2014 foram 4,45% a.a. (3,94% a.a. em 31 de dezembro de 2013). Os softwares de terceiros estão sendo amortizados com base em taxas que leva em consideração a vida útil estimada correspondendo à taxa média de 13,3% a.a. Os valores de ágio na aquisição de investimentos fundamentado em rentabilidade futura são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	-	-	5.911	6.295
Elog	-	-	231.517	231.453
Mandarin Agropecuária Ltda	-	-	15.959	15.959
Agropastoril Madeira e Colonizadora Sanhaço Ltda	-	-	11.097	11.097
Proyectos y Explosivos, S.A	-	-	-	2.766
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A	-	-	851.117	851.117
			1.115.601	1.118.687

Ecosul - O valor do ágio advindo da aquisição das ações ordinárias da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul está sendo amortizado em 10 anos. **Elog** - O valor do ágio da Elog, refere-se a menos valia de máquinas e equipamentos registrados em 2010, pela venda de participação da Elog. **Mandarin e Sanhaço** - Os valores de ágio incorridos nas aquisições das participações societárias nas empresas Mandarin e Sanhaço decorrem da expectativa de rentabilidade futura daquelas sociedades por conta da mais valia existente em estoque de imóveis a comercializar naquelas empresas. Tendo em vista se tratar de imóveis (áreas de terra) com vida útil indefinida, os respectivos valores de ágio não são suscetíveis de amortização. **Proyectos Y Explosivos S.A.** - O valor do ágio advindo da aquisição da sociedade foi integralmente baixado no exercício social de 2014 por ocasião da transferência do investimento para o grupo de "ativos disponíveis para venda". **EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. - Goodwill** - Decorre integralmente da aquisição, durante o exercício de 2012, de 106.152.825 ações representativas de 19% das ações de propriedade da ex-acionista Impregilo International Infrastructures n.v. na controlada indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. passado a participação de 44,98869% para 63,98869%. A aquisição, finalizada em 27 de dezembro de 2012, considerada como combinação de negócios, resultou em ágio provisoriamente identificado como decorrente de contratos de concessão detidos pelas controladas da EcoRodovias e, durante o exercício de 2013, portanto dentro do prazo de 12 meses estabelecido pelo CPC 15 - Combinação de Negócios em seus itens 14 a 19, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos independentes cujo objeto foi a determinação do PPA - *Price Purchase Allocation*, o referido ágio foi remensurado e alocado em parte para mais valia de ativos e parte para *goodwill* nos montantes respectivos de R\$ 737.449 mil e R\$ 851.117 mil.

Nota 16 - Empréstimos e Financiamentos:

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Tx média de juros	Controladora		Consolidado	
				2014	2013	2014	2013
Em moeda nacional:							
Capital de giro	(c) Ecovia	10/2014	108,4% do CDI	-	-	-	44.782
Capital de giro	(c) Ecovia	12/2014	108,4% do CDI	-	-	-	26.167
Capital de giro	(c) Ecovia	11/2014	108,0% do CDI	-	-	-	35.403
Capital de giro	(c) Ecosul	10/2014	CDI + 2,032% a.a.	-	-	-	13.469
Capital de giro	(g) Ecosul	11/2014	108% do CDI	-	-	-	36.640
Capital de giro	(g) Ecosul	12/2014	108,4% do CDI	-	-	-	22.142
Capital de giro	(g) Ecosul	10/2014	108,4% do CDI	-	-	-	35.538
Finame	(m) Ecosul	11/2020	6% a.a.	-	-	279	-
Finame	(d) Ecocataratas	05/2017	TJLP + 5%	-	-	436	500
Finame	(d) Ecocataratas	04/2017	TJLP + 3,4%	-	-	434	563
Finame	(i) Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	-	-	343	387
Finame	(d) Ecocataratas	07/2018	3% a.a.	-	-	192	-
Finem	(j) Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,3% a.a.	-	-	23.281	29.720
Finem	(b) Ecopistas	07/2025	TJLP+ 2,45% a.a.	-	-	230.946	197.897
Finame	(h) Ecoporto Transportes	08/2016	TJLP + 6% a.a.	-	-	1.673	2.676
Finame	(h) Ecoporto Transportes	09/2016	TJLP + 6% a.a.	-	-	729	1.145
Finame	(h) Transportes	06/2017	7,7% a.a.	-	-	4.357	6.099
UBB	(f) Ecoporto Santos	07/2014	CDI + 0,15% a.a.	-	-	-	10.780
CCB	(f) Ecoporto Santos	06/2015	CDI + 3% a.a.	-	-	7.636	20.670
Capital de giro	(h) Ecoporto Santos	03/2014	CDI + 1,9% a.a.	-	-	-	198
Notas promissórias	(a) Infra	04/2015	105,35% do CDI	-	-	497.435	290.763
Finame	(k) Ecoporto Santos	06/2020	6% a.a.	-	-	7.394	-
Finame	(l) Ecocataratas	07/2020	6% a.a.	-	-	1.094	-
Finem - BNDES	(e) ECO101	11/2015	UMBND+3,16%	-	-	55.171	-
Finem - BNDES	(e) ECO101	10/2015	TJLP + 3,66% a.a.	-	-	138.428	-
Finame	(o) CR Obras	02/2016	3,50% a.a.	-	-	212	212
Capital de giro	(p) CR Obras	10/2016	10,30% a.a.	-	-	426	662
CDC	(p) CR Obras	10/2015	123 % CDI a.m	-	-	46.862	59.929
Finame	(p) CR Obras	04/2015	16,08% a.a.	-	-	256	1.094
Finame	(p) CR Obras	03/2019	6,00% a.a.	-	-	1.107	-
Finame	(p) CR Obras	05/2017	7,30% a.a.	-	-	260	367
Finame	(q) CR Obras	06/2017	3,00% a.a.	-	-	633	886
Finame	(r) CR Obras	04/2016	11,16% a.a.	-	-	2.359	4.191
Finame	(r) CR Obras	06/2016	7,70% a.a.	-	-	137	229
Capital de giro	(s) CR Obras	01/2016	100% CDI+0,67% a.m	-	-	10.039	10.053
Finame	(t) CR Obras	04/2016	10,92% a.a.	-	-	496	866
Finame	(t) CR Obras	06/2017	3,00% a.a.	-	-	1.456	2.043
Acordo	(u) CR Obras	08/2015	INPC + 6 % a.a	-	-	597	1.403
Finame	(v) CR Obras	06/2017	3,00% a.a.	-	-	1.478	2.069
Finame	(v) CR Obras	04/2015	7,40% a.a.	-	-	76	306
Capital de giro	(w) CR Obras	12/2015	1,50% a.m. + IOF	-	-	26	7
Capital de giro	(x) Primav	12/2015	122 % CDI a.m	-	-	21.067	-
Contrato de Abertura de Crédito	(y) Crasa	08/1989	Media INPC / IGDPDI + 12% a.a.	12.482	11.535	12.482	11.535
Contrato de Abertura de Crédito em conta de Amortização	(z) Crasa	11/1988	Media INPC / IGDPDI + 12% a.a.	31.140	28.796	31.140	28.796
Cédula de Crédito Comercial	(aa) Crasa	10/2019	CDI + 2% a.a.	389.581	344.725	389.581	344.725
Capital de giro	(ad) Crasa	12/2015	1,50% a.m. + IOF	-	37	-	37
Em moeda estrangeira:							
Swap	(f) Ecoporto Santos	07/2014	VC+CDI+0,15%	-	-	-	5.077
Finimp	(h) Ecoporto Santos	09/2016	Libor 6M+4,6% a.a.	-	-	768	1.016
Finimp	(h) Ecoporto Santos	04/2016	Libor 6M+4,6% a.a.	-	-	5.538	8.143
Finimp	(h) Ecoporto Santos	05/2017	Libor 6M+0,3% a.a.	-	-	194	240
Finimp	(h) Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M+2%a.a.	-	-	41.163	-
Contrato de Venda com Reserva de Domínio	(ab) CR Obras	12/2016	7,90% a.a.	-	-	2.688	3.513
Capital de giro	(ac) Primav	01/2015	VC + 3,0143	-	-	40.700	-
				433.203	385.093	1.581.569	1.262.938
Passivo circulante				116.040	49.115	982.458	697.653
Passivo não circulante				317.163	335.978	599.111	565.285
				433.203	385.093	1.581.569	1.262.938

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	2014		Consolidado
	Controladora	Consolidado	
2016	79.291	127.241	
2017	79.291	127.450	
2018	79.291	123.106	
2019	79.290	119.277	
Posteriores a 2019	-	102.037	
	317.163	599.111	

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo Inicial	385.093	403.199	1.262.938	1.393.605
Adições	-	-	1.053.331	512.514
Encargos financeiros	48.147	12.186	168.525	100.377
Pagamentos (Principal e Encargos)	(37)	(30.292)	(903.225)	(743.558)
Saldo Final	433.203	385.093	1.581.569	1.262.938

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	BTG Pactual/Itaú Bradesco/HSBC Corretor	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(b)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes do serviço da dívida deve ser rentes da concessão e todas e quaisquer indenizações iguais ou superiores a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2014, sendo (i) 26,4%, (ii) 2,43 e (iii) 3,57.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis do contrato de concessão.
(c)	Ecovia/ Ecosul	Santander/HSBC	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(d)	Ecocataratas	Banco do Brasil / Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem
(e)	ECO101	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos, com base nas informações consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura.	Aval EcoRodovias Infraestrutura.
(f)	Ecoporto Santos	Unibanco	Não existem manutenção dos índices.	Alienação fiduciária de ações.
(g)	Ecosul	Santander	A razão entre (i) Endividamento Líquido e o EBITDA deverá ser menor ou igual a 1,5; a razão entre (ii) o EBITDA e (iii) o Serviço da Dívida deverá ser maior ou igual a 1,5.	Cessão dos direitos creditórios decorrentes da arrendamento de pedágio de todas as praças.
(h)	Ecoporto Santos/ Ecoporto Transportes	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(i)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem
(j)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(k)	Ecoporto Santos	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem
(l)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem
(m)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(n)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	Patrimônio líquido (-) Resultado do exercício > 20.000 Patrimônio líquido/Ativo Total > 20%	Aval EcoRodovias Infraestrutura
(o)	Crobras	ABC Brasil - Metrô Linha 17	Não exigem manutenção dos índices.	Aval
(p)	Crobras	Banco Bradesco SA	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(q)	Crobras	Banco Itaú SA	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(r)	Crobras	Banco Mercedes-Benz	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(s)	Crobras	Banco Tricury SA	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(t)	Crobras	Banco Volvo do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(u)	Crobras	BRDE	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(v)	Crobras	Caterpillar Financial	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(w)	Crobras	Saldo Credor de Contas Bancárias	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Alienação
(x)	Primav	Banco Bradesco SA	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(y)	Crasa	Mitsubishi	Não exigem manutenção dos índices.	Fatura 034/87 DER/MA e Precatório nº 2082/80 PR.
(z)	Crasa	Meridional	Não exigem manutenção dos índices.	Penhora Precatório nº 2082/80 PR
(aa)	Crasa	Fundo CPU II	Não exigem manutenção dos índices.	(a) carta-fiança; (b) NP; (c) hipotecas em imóveis; (d) cessão de fiduciária dos direitos creditórios em precatórios nº 11.091/87 e nº 2082/80; (e) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes da conta corrente de titularidade da devedora com o Banco Credit Suisse S.A.
(ab)	Crobras	Banco DLL	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(ac)	Primav	Banco Bradesco SA	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(ad)	Crasa	Saldo Credor de Contas Bancárias	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Alienação

Nota 17 - Debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Principal corrigido	-	-	5.368.811	4.971.137
Juros remuneratórios	-	-	112.387	100.935
Custos de captação a apropriar	-	-	(82.155)	(97.801)
			5.399.043	4.974.271
Passivo circulante	-	-	572.266	267.013
Passivo não circulante	-	-	4.826.777	4.707.258
			5.399.043	4.974.271

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	-	-	4.974.271	4.142.609
Adições	-	-	439.539	850.639
Encargos financeiros	-	-	650.344	503.732
Pagamentos (Principal e Juros)	-	-	(665.111)	(522.709)
Saldo final	-	-	5.399.043	4.974.271

Em 31 de dezembro de 2014, a 1ª emissão de Debêntures da controlada indireta Ecovias já havia sido integralmente quitada. As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª emissão)	Ecovias (2ª emissão)	Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas	Primav (1ª emissão)	Primav (2ª emissão)
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural não conversível em ações	Nominativa escritural, sem a emissão de cautela, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	80.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)	600 (série única)	14.300 (série única)	14.800 (série única)	370 (em quatro séries)	2.100 (série única)	149 (série única)
Valor nominal unitário	R\$ 10	R\$ 10	R\$ 1.000	R\$ 1.000	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 1.000	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Data da emissão	23/10/12	21/12/06		19/06/12	04/11/14	17/11/14	15/01/11	26/12/12	28/07/14
Valor da emissão	R\$ 800.000	R\$ 450.000	R\$ 881.000	R\$ 600.000	R\$ 143.000	R\$ 148.000	R\$ 370.000	R\$ 2.100.000	R\$ 149.000
	1ª série R\$240.000 2ª série R\$160.000 3ª série R\$400.000	1ª série R\$135.000 2ª série R\$157.500 3ª série R\$157.500	1ª série R\$200.000 2ª série R\$681.000				1ª série R\$92.500 2ª série R\$92.500 3ª série R\$92.500 4ª série R\$92.500		
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2014	1ª série R\$10,14 2ª série R\$11,56 3ª série R\$11,56	1ª série não atualizável 2ª série R\$ - 3ª série R\$ -	1ª série R\$1.129 2ª série R\$1.133	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável	1ª série R\$1.301 2ª série R\$1.231 3ª série R\$1.208 4ª série R\$1.183	Não atualizável	Não atualizável
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série-não atualizável 2ª e 3ª séries-IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA	Não atualizável	Atualização monetária anual pela variação do CDI	Atualização monetária anual pela variação do CDI	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.	Não atualizável	Não atualizável
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% ao ano 2ª série - 5,00% a.a. 3ª série - 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	CDI + 1,85% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário	105,7% do CDI	105,7% do CDI	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.	CDI + 2,45% a.a.	CDI + 2% a.a.
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/13 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parc. anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/14 a 15/04/20) 2ª série: parcelas anuais (15/04/14 a 15/04/24)	Parcelas anuais (15/06/13 a 15/06/17)	04/03/16	04/03/16	1ª série: anual 11 parc. (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anual 11 parc.s (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anual 11 parc. (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anual 11 parc.s (15/10/12 a 15/10/22)	Parcelas semestrais (26/06/2013 a 26/12/2020)	Parcela única em 28/07/2015
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/10/16 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/18 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/20 a 15/10/22)	1ª série: parcelas sem. (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parc. anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/19 a 15/04/20) 2ª série: parcelas anuais (15/04/22 a 15/04/24)	Parcelas anuais (15/06/14 a 16/06/19)	04/03/16	04/03/16	1ª série: anual 11 parc.s (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anual 11 parc. (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anual 11 parc. (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anual 11 parc. (15/10/12 a 15/10/22)	Parcelas anuais (26/12/2015 a 26/12/2020)	Parcela única em 28/07/2015
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável		Não aplicável	Não aplicável
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco BBI S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP e BMF&BOVESPA	CETIP	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou BOVESPAFIX	CETIP	CETIP
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.	n/a	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.	Não aplicável	Não aplicável
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Classificação de risco	brAAA	brAAA	brAAA	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	brAA+		
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecoporto (Tecondi)/ Termare/Termlog - fiança provisória da EcoRodovias Infraestrutura	Não há garantias de qualquer natureza.	Não há garantias de qualquer natureza.	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio	Alienação fiduciária de 183.887.916 ações da Ecorodovias	Alienação fiduciária de 13.100.000 ações da Ecorodovias
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação
Índices financeiros exigidos	Índices financeiros da Companhia menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada da Companhia com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	Índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e ao principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	Índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	Índices financeiros em que a relação da dívida líquida e o (Lucro antes dos impostos, depreciação e amortização - "EBTIDA") dos últimos 12 meses, deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 e em 2018 a 3,0. E o ("EBITDA") dos últimos 12 meses pelas despesas líquidas deve ser inferior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,50 e 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço combinado das empresas Ecoporto Santos S.A. e Ecoporto Transportes Ltda.	Não possuem índices financeiros exigidos	Não possuem índices financeiros exigidos	Índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.	Não possuem índices financeiros exigidos	Não possuem índices financeiros exigidos

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2014			31/12/2013			Emissora	Série	Data	Valor Nominal	Despesas com Emissão	Valor líquido	Taxa de Juros	TIR
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total								
2015	-	-	-	318.953	(23.128)	295.825		Debêntures - 2ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,97%	IPCA + 8,97%
2016	800.210	(12.954)	787.256	507.721	(12.863)	494.858		Debêntures - 3ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
2017	548.523	(13.098)	535.425	546.461	(13.098)	533.363		Debêntures - 4ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
2018	756.587	(12.693)	743.894	752.880	(12.438)	740.442		Série única	15/06/2012	600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85%	11,89%
2019	800.739	(10.668)	790.071	687.045	(10.473)	676.572	Ecoporto Santos	Série única	17/11/2014	148.000	(228)	147.772	105,7% CDI	CDI + 4,17%
2020	757.584	(9.811)	747.773	682.911	(9.811)	673.100	Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000	(233)	142.767	105,7% CDI	CDI + 4,59%
2020 - 2024	1.230.971	(8.613)	1.222.358	1.302.159	(9.062)	1.293.098								
	4.894.614	(67.837)	4.826.777	4.798.130	(90.873)	4.707.258								

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor Nominal	Despesas com Emissão	Valor líquido	Taxa de Juros	TIR
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	23/10/2012	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	23/10/2012	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/2012	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
							1ª emissão
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	01/11/2006	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
							2ª emissão
	Debêntures - 1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	4,28% a.a.	4,54% a.a.
	Debêntures - 1ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%

Nota 18 - Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Sociais e Trabalhistas				
• Salários e encargos	541	461	43.714	45.546
• Provisões para bônus, férias e encargos	1.750	3.317	35.709	28.559
• Débitos parcelados (Lei nº 11.941/09)	-	-	122	-
	2.291	3.778	79.545	74.105
Fiscais				
• Débitos correntes	422	373	101.185	80.906
• Débitos diferidos	-	-	5.540	6.895
• Débitos em atraso	678	678	678	678
• Débitos parcelados (Ordinários)	14.665	17.119	14.665	17.119
• Débitos parcelados (Refis e Lei nº 11.941/09)	5.766	7.115	6.752	10.311
	21.531	25.285	128.820	115.909
	23.822	29.063	208.365	190.014
• Passivo circulante	7.696	9.709	191.324	163.169
• Passivo não circulante	16.126	19.354	17.041	26.845
	23.822	29.063	208.365	190.014



CR ALMEIDA S/A - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ nº 33.317.249/0001-84

Nota 19 - Obrigações com o Poder Concedente: l) Verbas fixas e variáveis:

Obs.:	Consolidado	
	2014	2013
Outorga Fixa - Ecovias	48.363	57.806
Outorga Variável - Ecovias	139	137
Outorga Variável - Ecovias	1.308	1.206
Outorga Variável - Ecopistas	359	324
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização	223	213
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária	588	1.550
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização	261	249
Outras - ECO101 - Verba de fiscalização	419	310
Outras - Ecoporto - Taxas CODESP	1.206	1.256
Mais valia de ativos líquidos	1.521	1.751
	54.387	64.802
Passivo circulante	21.074	21.023
Passivo não circulante	33.313	43.779
	54.387	64.802

(a) Conforme o contrato de concessão da controlada indireta Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de dezembro de 2014, restam 40 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 83,33% do total (78,33% em 31 de dezembro de 2013). (b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação. (c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$ 60 mil mensais do início até o 11º ano e R\$ 66 mil mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado mensal é de R\$ 223 mil (R\$ 213 mil em 31 de dezembro de 2013). (d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada indireta Ecovia. (e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio. (f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$ 77 mil, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2014, a parcela reajustada é de R\$ 261 mil (R\$ 249 mil em 31 de dezembro de 2013). (g) Conforme contrato de concessão da controlada indireta ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., firmado em 17 de abril de 2013, deverá ser pago a título de fiscalização o valor mensal de R\$ 310 mil até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2014 o valor atualizado mensal é de R\$ 419 mil (R\$ 310 mil em 31 de dezembro de 2013). (h) Referem-se aos pagamentos de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP, da controlada indireta Ecoporto Santos, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro. As controladas indiretas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitiva do sistema rodoviário. Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Consolidado	
	2014	2013
2015	-	14.588
2016	15.203	13.321
2017	13.884	12.167
2018	4.226	3.703
	33.313	43.779

A movimentação das obrigações com o Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2014	2013
Saldo inicial	64.801	68.479
Custo (vide item II)	56.822	63.925
Varição monetária sobre o credor pela concessão	6.393	7.644
Pagamento do principal	(73.400)	(76.997)
Mais valia de ativos líquidos	(229)	1.750
Saldo final	54.387	64.801

II) **Outros compromissos relativos a concessões:** *Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.:* A controlada indireta assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação): • 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408. • 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277. • 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes. • 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes. *Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.:* A controlada indireta assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra. *Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL:* A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de restauração. *Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas:* A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação): • 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR. • 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinoópolis, município de Cascavel - PR. • 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramiandia - PR. • 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR. *Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas:* A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: • O pagamento de direito de outorga, no total de R\$ 595.157 mil (R\$ 570.422 mil ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$ 118.800 mil foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010. *ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.:* A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$ 620 mil a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT. Estimativa de gastos para realização dos investimentos de melhoria: As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

	Ecovia		Ecosul		Ecovias		Ecocataratas		Ecopistas		ECO101	
	Previsão de 2015 a 2021	Previsão de 2015 a 2021	Previsão de 2015 a 2018	Total								
Melhoria na infraestrutura	124.320	268.509	207.664	49.452	214.667	1.609.519	2.474.131					
Conservação especial (manutenção)	54.440	65.486	282.187	291.568	403.270	464.979	1.561.930					
Equipamentos	10.427	13.043	45.916	57.693	191.265	312.980	631.324					
Total	189.187	347.038	535.767	398.713	809.202	2.387.478	4.667.385					

	Ecovia		Ecosul		Ecovias		Ecocataratas		Ecopistas		ECO101	
	Previsão de 2014 a 2021	Previsão de 2014 a 2021	Previsão de 2014 a 2018	Total								
Melhoria na infraestrutura	151.439	145.878	471.324	798	293.288	1.062.727						
Conservação especial (manutenção)	60.751	31.543	310.235	313.070	409.120	1.124.719						
Equipamentos	10.218	11.461	54.323	60.379	187.355	323.736						
Total	222.408	188.882	835.882	374.247	889.763	2.511.182						

III) **Outras concessões - Controle compartilhado:** *Concessionária do Monotrilho da Linha 18 - Bronze S.A.:* Os compromissos assumidos para a execução da concessão se divide em duas fases: Fase I, de implantação de infraestrutura, compreendendo as obras civis, aquisições de sistemas e material rodante e todas as intervenções pertinentes tendo como prazo máximo de quatro anos para sua conclusão. Nesta fase, a Companhia estima aportes de recursos próprios no valor aproximado de R\$ 380.000 mil e captações de terceiros advindos do Governo do Estado de São Paulo (GESP) por meio de financiamentos com BNDES e emissão de debêntures. Com estes recursos, a Companhia investirá na construção e implementação da infraestrutura que será utilizada durante a fase operacional - Fase II. A Companhia estima investimentos operacionais em obras civis, em sistemas de sinalização e controle de regeneração de energia, de telecomunicações, de controle centralizado, de portas e plataformas e outros auxiliares, em material rodante, em desapropriações, em outros gastos diversos inerentes à implantação da infraestrutura, como por exemplo certificados de implantação, meio ambiente e gerenciamento de desapropriações, espaço comercial, dentre outros. Fase II, que compreende a operação, conservação e manutenção dos serviços públicos de transporte de passageiros. Nesta fase está previsto o início das receitas tarifárias, bem como início dos custos operacionais com mão de obra de operação, manutenção, e outros custos inerentes ao negócio. Evento subsequente: Em 21 de janeiro de 2015, o BNDES emitiu comunicado à Companhia informando que o Comitê de Enquadramento, Crédito e Mercado de Capitais enquadrou a consulta prévia apresentada pela Companhia para análise da viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade Project Finance Direto. **Nota 20 - Informações Adicionais sobre Contratos de Concessão:** I) *Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas:* As Concessionárias fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021. A Administração do Governo do Estado do Paraná nos anos de 2002 a 2010 buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná. Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes. A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos. Diante da atual administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos. Os reajustes tarifários de 2011 a 2014 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o degrau tarifário previsto para dezembro de 2014. Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento. Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI encerrou-se em dezembro de 2014, com a aprovação do relatório final, no qual foram elencadas algumas recomendações. A Administração está avaliando esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como em razão da publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável. No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário. II) *Ecoporto Santos S.A.:* O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato entende a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na Portaria nº 349/2014 da SEP e a Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. O Ecoporto Santos deverá então, ao requerer a prorrogação, instruindo o processo com a documentação pertinente, seguir o procedimento estabelecido na normatização

em vigor à época do requerimento, que deverá contar com a participação da SEP e da ANTAQ. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de haver prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho e constantes investimentos do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 3.220/2014 e da Portaria SEP nº 349/2014, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção do Contrato será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Porém, recentes decisões favoráveis proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconheceram a necessidade da manutenção do Contrato de Arrendamento e a possibilidade de sua prorrogação. Assim, a Administração considera significativa a probabilidade de êxito nas demandas judiciais, em linha com os recentes julgamentos favoráveis sobre o mesmo tema e com base nas argumentações trazidas nos recursos de apelação ajuizados pelo Ecoporto Santos, que pendem de julgamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário. **Nota 21 - Provisões para Contingências:** Política contábil - O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Cíveis	17.327	21.087	156.715	146.797
Tributárias	21.725	19.559	31.202	27.216
Trabalhistas	2.136	4.030	34.080	27.163
	41.188	44.676	221.997	201.176

a) **Cíveis** - Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos. A Companhia tem outros contingências de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2014 R\$ 30.162 mil (R\$ 21.048 mil em 31 de dezembro de 2013) e no consolidado R\$ 99.845 mil (R\$ 134.242 mil em 31 de dezembro de 2013) avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão. As principais causas com perdas prováveis, ou seja, com constituição de provisão são: a.1 A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$ 30.920 mil em 30 de setembro (R\$ 39.895 mil atualizado até 31 de dezembro de 2014), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi oferecido depósito judicial no montante de R\$ 38.828 mil, sendo que para 31 de dezembro de 2014 o valor atualizado deste depósito é de R\$ 39.895 mil. a.2 A controlada indireta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial e mediante depósito dos valores cobrados, à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal no mês de agosto de 2012, a Ecoporto Santos decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de retomar a cobrança oportunamente. Para tanto, estão pendentes de julgamento recursos e medidas judiciais objetivando conceder ao Ecoporto Santos autorização para retomada da referida cobrança. Em 31 de dezembro de 2014, o valor contingenciado é de R\$ 64.492 mil (R\$ 58.199 mil em 31 de dezembro de 2013). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída. b) **Trabalhistas** - Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante, exceto quanto ao mencionado no próximo parágrafo. Em 31 de dezembro de 2014, no consolidado, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 67.627 mil (R\$ 37.012 mil em 31 de dezembro de 2013), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão. A principal causa provável, ou seja, com constituição de provisão, é da controlada indireta Ecocataratas que possui uma ação de responsabilidade solidária referente à reclamação trabalhista de ex-colaborador da empresa Qualix Serviços Ambientais S.A., pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afixou o valor da execução de R\$ 6.439 mil. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$ 7.127 mil. Em 30 de outubro de 2013, o Banco Bradesco executou a carta fiança em favor do reclamante, restando um saldo a pagar para essa ação, atualizado até 31 de dezembro de 2014, de R\$ 2.097 mil. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Tal dever foi objeto de procedimento arbitral instaurado pela EcoRodovias Infraestrutura perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, o qual foi reconhecido em sentença, devendo a Sideco S.A. pagar a EcoRodovias 84,48% do valor da condenação. A Sideco reconheceu a validade desta decisão, e pagará mediante acordo realizado a partir de janeiro de 2015. c) **Tributárias** - Correspondem, principalmente, a valores relacionados com discussões quanto ao recolhimento de IPTU, ISS, IRPJ e CSLL, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2014, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 115 mil e no consolidado R\$ 47.197 mil (R\$ 19.031 mil em 31 de dezembro de 2013), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários são decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 6.730 mil (R\$ 5.359 mil em 31 de dezembro de 2013). A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	19.662	17.878	5.236	42.776
(+) Complemento (reversão) de provisão	1.425	579	(1.207)	797
(-) Pagamentos	-	-	-	(14.400)
(+) Atualização monetária	-	1.102	1	1.103
(+) Reclassificações	-	-	-	(6.533)
(+) Mais valia de passivos líquidos	-	-	-	(2.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	21.087	19.559	4.030	44.676
(+) Complemento (reversão) de provisão	(3.760)	720	(1.894)	(4.934)
(-) Pagamentos	-	-	-	(4.693)
(+) Atualização monetária	-	1.446	-	1.446
(+) Reclassificações	-	-	-	(2.740)
(+) Mais valia de passivos líquidos	-	-	-	(1.306)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	17.327	21.725	2.136	41.188

Nota 22 - Provisões para Manutenção e Construções Futuras:

	Consolidado	
	2014	2013
Provisão para manutenção	(a)	219.824
Provisão para construção de obras futuras	(b)	10.269
		230.093
Passivo circulante		74.658
Passivo não circulante		155.435
		230.093

(a) **Provisão para manutenção:** Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 7,21% a 12,20% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	Adição		Efeito		Adição		Efeito	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Constituição da provisão para manutenção	746.542	127.084	-	-	619.458	91.568	-	-
Efeito do valor presente sobre a constituição	(151.821)	(21.830)	-	-	(129.991)	(16.661)	-	-
Realização da manutenção	(464.383)	-	(78.661)	-	(385.722)	-	(92.408)	-
Ajuste a valor presente - realizações	89.486	-	-	15.183	74.303	-	-	16.887
	219.824	105.254	(78.661)	15.183	178.048	74.907	(92.408)	16.887
Passivo circulante	66.827	-	-	-	49.932	-	-	63.531
Passivo não circulante	152.997	-	-	-	128.116	-	-	115.131
	219.824	-	-	-	178.048	-	-	178.662

(b) **Provisão para construção de obras futuras:** Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 7,21% e 12,20% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Efeito		Efeito	
	2014	2013	2014	2013
Constituição da provisão para manutenção				

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Obs.:	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo circulante				
Contas a Receber				
(e) . Santa Bárbara Construtora S.A.	-	-	2.814	2.814
	-	-	27.218	27.218
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber				
(j) . Primav Construções e Comércio S.A.	42.665	70.171	-	-
(j) . IBQ Indústrias Químicas S.A.	1.313	2.162	1.313	2.162
(j) . Elog S.A.	-	-	12.336	12.336
(j) . Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	-	-	-	-
(j) - STP	-	-	-	2.035
(j) . Consórcio Rota do Horizonte S.A.	-	-	222	-
	<u>43.978</u>	<u>72.333</u>	<u>13.871</u>	<u>16.533</u>
Ativo não circulante				
Créditos com pessoas ligadas				
(a) . Amanda Gracielle Veiga de Almeida	-	-	21	2
(a) . Cesar Beltrão de Almeida	-	-	-	33
(a) . Eduarda Guimarães de Almeida	-	-	42	10
(a) . Denise Beltrão de Almeida Cassou	-	-	145	33
(a) . Marcelo Beltrão de Almeida	-	-	145	33
(a) . Maria Fernanda Beltrão de Almeida	-	-	43	12
(a) . Roberta Guimarães de Almeida	-	-	42	10
. Agropastoril Madeireira e Colonizadora Sanhaço Ltda.	2.252	466	-	-
(a) . Mandarin Agropecuária Ltda.	1.176	138	-	-
(a) . Projectos y Explosivos S/A	-	3.823	-	3.823
(a) . Paulo Celso Gomes de Castro	-	341	-	341
(a) . Marcelino Rafat de Seras	3.675	3.245	3.675	3.245
	<u>7.103</u>	<u>8.013</u>	<u>4.113</u>	<u>7.542</u>
	<u>43.978</u>	<u>72.333</u>	<u>13.871</u>	<u>16.533</u>
Passivo circulante				
Fornecedores				
(d) . CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda.	-	-	54.351	32.778
(d) . TB Transportadora Betumes Ltda	-	-	11.291	5.302
(f) . Contek Engenharia S.A.	-	-	953	-
(i) . Incospal Construções Pré-Fabricadas Ltda	-	-	1.941	-
(b) . SBS Engenharia e Construções S.A.	-	-	60.071	18.660
(c) . Consórcio Serra do Mar	-	-	100.661	55.117
	-	-	229.268	111.857
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar				
(k) . Não Controladores	-	-	27	1
	-	-	27	1
Passivo não circulante				
Débitos com pessoas ligadas				
(a) . Consórcio Serra do Mar	-	-	-	9.525
(a) . Cesar Beltrão de Almeida	-	-	27	-
(a) . IBQ Indústrias Químicas S/A	-	-	700	700
(a) . CR Almeida S.A. - Engenharia de Obras	77.439	54.647	-	-
(a) . Primav Construções e Comércio S/A	29.954	2.709	-	-
	<u>107.393</u>	<u>58.056</u>	<u>27</u>	<u>10.225</u>
Resultado do exercício				
Receitas de locação				
(l) . IBQ Indústrias Químicas S/A.	1.316	1.238	1.316	1.238
	<u>1.316</u>	<u>1.238</u>	<u>1.316</u>	<u>1.238</u>
Despesa / Custo				
(g) . Unimar Transportes Ltda.	-	-	4.501	-
(h) . Vix Logística S.A.	-	-	4.876	-
(b) . SBS Engenharia e Construções Ltda	-	-	54	-
	-	-	9.431	-
Receitas financeiras - Encargos de operações de mútuo				
(a) . CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda	-	-	24	-
(a) . Santa Bárbara Construtora S.A.	-	-	9	1
. Agropastoril Madeireira e Colonizadora Sanhaço Ltda.	135	9	-	-
(a) . Mandarin Agropecuária Ltda.	73	4	-	-
(a) . Projectos y Explosivos S.A.	1.541	-	1.541	-
(a) . Outras Associadas	430	284	471	293
	<u>2.179</u>	<u>297</u>	<u>2.045</u>	<u>294</u>
Receitas financeiras - Contas a pagar				
(l) . IBQ Indústrias Químicas S.A.	209	120	209	120
	<u>209</u>	<u>120</u>	<u>209</u>	<u>120</u>
Despesas financeiras - Encargos de operações de mútuo				
(a) . Primav Construções e Comércio S.A.	1.426	1.681	-	-
(a) . CR Almeida S.A. - Engenharia de Obras	8.618	1.794	-	-
(a) . Projectos y Explosivos S.A.	439	-	439	-
(a) . IBQ Indústrias Químicas S.A.	-	-	1	-
(a) . Consórcio Serra do Mar	-	-	178	50
	<u>10.483</u>	<u>3.476</u>	<u>617</u>	<u>51</u>
Despesas financeiras - Contas a pagar				
(l) . IBQ Indústrias Químicas S.A.	320	72	320	72
	<u>320</u>	<u>72</u>	<u>320</u>	<u>72</u>

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir: (a) Correspondem a operações de mútuo financeiro que, em média, é utilizada a taxa de remuneração equivalente a 122% do CDI. (b) A SBS Engenharia e Construções S.A., através da Grant Concessões e Participações S.A., possui 10% de participação na controlada indireta Ecosul e 14,50% da controlada indireta ECO101. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas indiretas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$40.505 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$4.000, totalizando R\$44.505, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. O prazo para execução destes serviços é agosto de 2016 e em 31 de dezembro de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$6.103. Os saldos em aberto a pagar de R\$169 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias, CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impreglio Associados S.A., e pela Impreglio SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$ 359.008 mil, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é janeiro de 2015 e até 31 de dezembro de 2014 foram incorridos R\$ 339.995 mil, e há um saldo de serviços a realizar de R\$ 19.013 mil. Os saldos em aberto de R\$ 1.468 mil (sobre os serviços contratados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas indiretos da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocatarratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$ 225.842 mil, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$ 156.087 mil. Os saldos em aberto a pagar R\$ 1.192 mil (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (e) A Santa Bárbara Construtora S.A. é sócia da controlada indireta CR Almeida S/A - Engenharia de Obras em um consórcio construtor cuja finalidade é a construção das obras do VLT - Cuiabá. Os valores em aberto correspondem a adiantamentos de resultados àquela Consorciada e serão ressarcidos na medida da realização dos valores de faturas a receber junto a entidade contratante (Estado do Mato Grosso). (f) A Contek Engenharia S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Contek e a Eco101 é de usinagem, e o valor do contrato é de R\$ 1.020 mil. O prazo de execução deste contrato foi até 13 de setembro de 2014, sendo que foi totalmente executado e não há saldo a pagar. (g) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é

de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$ 23.397 mil e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro já haviam incorridos R\$ 5.300 mil. Os saldos em aberto já realizados de R\$ 370 mil têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (h) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$ 25.109 mil e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro já haviam incorridos R\$ 5.732 mil. Os saldos em aberto de serviços já realizados de R\$402 mil têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (i) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. presta serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$ 4.178 mil. O prazo para execução destes serviços foi até julho de 2014 e em 31 de dezembro de 2014, já foram incorridos R\$ 1.815 mil. Em 31 de dezembro 2014 não existem saldos em aberto. (j) Referem-se a valores de dividendos propostos pelas controladas (vide nota explicativa nº 12). (k) Referem-se a valores de dividendos propostos pela companhia (vide nota explicativa nº 24.d). (l) Referem-se a valores decorrentes do contrato de locação de área e instalações onde está localizada a sede da IBQ - Indústrias Químicas S/A. Incluem também valores remanescentes relacionados com o Share Purchase Agreement (SPA) onde determinados custos e despesas seriam absorvidas pela CR Almeida S/A - Engenharia e Construções. Outros contratos entre as partes relacionadas: A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada indireta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as demais empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$ 209.337 mil, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. A Ecoporto Transportes Ltda. presta serviços de transportes e remoções para as coligadas Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Santos S.A., sendo o preço tabelado por unidade de transporte, variando entre R\$ 50,00 e R\$ 80,00 por carga. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Termlog faturou R\$ 18.422 mil para a Ecoporto e R\$ 807 mil para a Termares. O prazo de vencimento destes contratos é em 30 de abril de 2015. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A remuneração paga aos administradores no exercício correspondeu, na controladora, a R\$ 10.230 mil e no consolidado, a R\$ 10.330 mil. **Nota 24 - Patrimônio Líquido:** a) Capital Social: O capital subscrito e integralizado está representado por 35.000.008 de ações, sendo composto por 25.900.002 Ações Ordinárias, 9.100.000 Ações de Fruição e 6 Ações Preferenciais, todas sem valor nominal. As Ações Ordinárias conferem a seus titulares, mediante ao capital por elas representado, o status de Acionista da Companhia, o direito a voto nas deliberações gerais e outros direitos estabelecidos por Lei. As Ações Preferenciais, por sua vez, não dão direito a voto aos seus titulares, mas asseguram uma ou mais das seguintes preferências: - prioridade na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% superior aos distribuídos por ano às Ações Ordinárias; - prioridade no reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação da Companhia; - participação sem restrição no aumento de capital decorrente da capitalização de reservas; e - direitos políticos, inclusive o de eleger membros do Conselho Consultivo. b) Reservas de lucros: b.1 Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. b.2 Reserva de dividendos: Vem sendo constituída pelo montante dos dividendos propostos pela Administração e que, ratificados por decisões em Assembléias Gerais, vêm sendo mantidos em conta de reserva no patrimônio líquido para deliberação futura quanto a sua efetiva distribuição. b.3 Reserva para amortização de ações: Durante o exercício social de 2002, por decisão em Assembléia Geral de Acionistas, 9.100.000 ações ordinárias foram transformadas em ações de fruição para amortização futura. Naquele mesmo exercício, conforme estabelece o Art. 44 da Lei das Sociedades por Ações, a reserva constituída para a amortização das ações foi integralmente transferida para o passivo não circulante sob a rubrica "Valores a Pagar por Amortização de Ações", e vem sendo atualizada, ajustada e amortizada segundo critérios estabelecidos em um Termo de Acordo firmado entre o Acionista Dissidente e a Companhia. b.4 Reserva estatutária - Fundo de liquidez: Consoante estabelecido no Estatuto Social é constituído por, no mínimo, 5% do lucro líquido nos termos do Art. 192 da Lei das Sociedades por Ações. Destinar-se-á a propiciar solidez à situação financeira da Companhia, aquisição de ações próprias e pagamento de eventuais haveres de acionista dissidente, podendo, desde que haja decisão unânime do Conselho de Administração, ser utilizado para situações emergenciais, bem como para fins distintos de seu objetivo ordinário. b.5 Reserva de lucros a realizar: A reserva de reavaliação anteriormente registrada na controlada indireta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A foi estornada, sendo os reflexos na sua controladora direta, EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., computados como ágio decorrente da mais valia dos ativos imobilizados daquela empresa, não havendo reflexos no patrimônio líquido. Assim, como forma de refletir com adequação o estorno de reserva de reavaliação, a controlada Primav Construções e Comércio S/A e, por consequência, a Companhia, consideraram o montante existente como reserva de lucros a realizar, a qual vem sendo realizada na mesma proporção da amortização do ágio que lhe deu origem. c) Ajustes de avaliação patrimonial - Controladora e Consolidado"

	2014	2013
Calculados sobre títulos e valores mobiliários - controladas	(69.852)	(37.930)
Sobre a mais valia de propriedades para investimento e ativo imobilizado	187.976	191.047
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(63.912)	(64.956)
Sobre a mais valia de ativos imobilizados de controladas	8.729	10.353
Variação cambial de investimentos em controlada no exterior	-	126
	<u>62.941</u>	<u>98.640</u>

Tais valores são imputados ao resultado do exercício quando da efetiva realização dos créditos que os geraram. d) Dividendos: De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, nos termos da legislação societária.

A movimentação ocorrida, inclusive no consolidado, pode ser assim visualizada:

	2014 Propostos	Pagos 2013	Propostos	Pagos 2012
Controladora:				
Participare - Administração e Participações Ltda.	-	63.000	(63.000)	-
Pio XII - Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S/A	-	27.000	(27.000)	(27.000)
	-	<u>90.000</u>	<u>(90.000)</u>	-
Consolidado:				
Participare - Administração e Participações Ltda.	-	63.000	(63.000)	-
Pio XII - Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S/A	-	27.000	(27.000)	(27.000)
Outros não controladores	27	293.538	(293.538)	27
	<u>27</u>	<u>383.538</u>	<u>(383.538)</u>	<u>27</u>

	2014	2013	2014	2013
Resultado de equivalência patrimonial	(121.568)	147.132	-	-
Receitas de construção	-	-	1.218.541	1.123.882
Receitas com arrecadação de pedágio	-	-	1.887.682	1.689.156
Receitas das atividades portuárias	-	-	508.346	615.184
Receitas acessórias	-	-	73.865	58.639
Demais Receitas Operacionais	2.286	1.933	6.251	3.612
Impostos incidentes sobre a receita	(213)	(179)	(303.899)	(266.378)
	<u>(119.495)</u>	<u>148.886</u>	<u>3.390.786</u>	<u>3.224.095</u>

	2014	2013	2014	2013
Pessoal e encargos	25.248	23.233	596.647	511.909
Materiais e serviços de terceiros	10.050	9.624	929.917	850.490
Provisão para manutenção e construção de obras	-	-	818.817	580.737
Poder concedente	-	-	56.822	63.925
Doações e contribuições	542	1.834	14.347	1.949
Tributos	801	9.797	5.625	17.089
Depreciações e amortizações	669	520	319.078	249.200
Seguros	503	911	23.662	22.525
Viagens, estadias e locomoções	920	736	10.939	11.503
Locações	395	307	71.334	53.848
Perdas por desvalorização - Impairment	-	-	-	7.802
Outros custos e despesas	2.968	3.711	90.171	106.357
	<u>42.096</u>	<u>50.673</u>	<u>2.937.359</u>	<u>2.477.334</u>

Classificados como:
 . Custo das atividades operacionais - 2.414.818 1.960.889
 . Despesas gerais e administrativas - 42.096 50.673 522.541 516.445
42.096 50.673 2.937.359 2.477.334

Nota 27 - Outras Receitas e Despesas:	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Perdas em contas a receber	(26.782)	(43.148)	(26.782)	(43.148)
(Constituição) Reversão de provisões para contingências	4.893	(848)	1.866	5.362
(Constituição) Reversão de provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	-	6.312	(33.019)
Benefícios por adesão a parcelamentos	-	12.942	-	13.343
Receita na alienação de bens do ativo imobilizado e investimentos	220	100	293.874	34.923
Impairment sobre participações societárias	-	-	(3.972)	-
Realização de Mais Valia a ser distribuído	-	-	1.328	815
Valor Residual do imobilizado e investimento baixado ou vendido	(4.816)	(11)	(24.624)	(2.874)
Outros	(6.059)	(6.098)	(39.145)	(6.271)
	<u>(32.544)</u>	<u>(37.063)</u>	<u>208.857</u>	<u>(30.869)</u>

Nota 28 - Resultado Financeiro:	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras:				
. Pessoas ligadas	2.179	297	2.012	293
. Contas a receber	250.648	603.826	250.648	603.826
. Variações monetárias e cambiais ativas	211	1.048	24.299	12.467
. Descontos obtidos	1	3	127	313
. Aplicações financeiras	531	550	106.187	102.819
. Derivativos - Ganhos e ajuste a valor justo	-	-	324.623	233.219
. Outras	4.104	1.003	20.044	7.241
	<u>257.674</u>	<u>606.727</u>	<u>727.940</u>	<u>960.178</u>
Despesas financeiras:				
. Empréstimos e financiamentos	48.176	12.073	157.619	90.461
. Variações monetárias e cambiais passivas	-	112	35.634	1.632
. Debêntures - Juros	-	-	275.798	158.354
. Debêntures - variação monetária	-	-	363.122	258.711
. Debêntures - Amortização de custos com emissão	-	-	16.992	10.806
. Ajuste a valor presente interpretação técnica ICPC-01	-	-	15.352	17.058
. Derivativos - Perdas e ajuste valor justo	-	-	75.404	9.859
. Pessoas ligadas	10.483	3.476	617	51
. Obriga				



CR ALMEIDA S/A - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ nº 33.317.249/0001-84

GRUPO
CR Almeida

justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros. *i. Riscos da taxa de câmbio:* O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos devedores em moeda estrangeira equivalem a R\$ 91.051 mil e R\$ 17.989 mil, respectivamente. *ii. Risco da taxa de juros:* O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. *b) Risco de crédito:* Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes. A Companhia e suas controladas procuram manter contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$ 95.359 mil (R\$ 85.228 mil em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". *c) Risco de liquidez:* O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia e suas controladas, que possuem um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados,

através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. *Análise de sensibilidade:* A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, porém nunca em caráter especulativo. A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas. **Nota 31 - Seguros Contratados:** A Administração adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão, por exemplo, obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **Nota 32 - Ônus, Avais e Garantias (Controladora):** Como garantias reais da operação de emissão de debêntures por parte da controlada PRIMAV Construções e Comércio S/A

(1ª e 2ª Emissões), na data de emissão, por aquela controlada foram oferecidas ações de emissão da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. das quais é detentora, bem como de todas as vantagens e direitos que forem atribuídos às respectivas ações, além da cessão fiduciária de todos os dividendos, lucros, frutos, rendimentos, direitos, juros sobre o capital próprio, distribuições e demais valores a serem recebidos de qualquer outra forma por aquela controlada. Foi assegurado ainda, como garantia adicional fidejussória, fiança prestada pela CR Almeida S/A - Engenharia e Construções que é representativa de 150% das debêntures emitidas. Segundo regras estabelecidas nas escrituras de emissão, as ações oferecidas em garantia, avaliadas pelas cotações de mercado, devem equivaler, no mínimo a 120% do valor da dívida (garantia mínima). Tendo em vista ter havido queda do valor das ações cotadas em bolsa, novas 106.917.135 ações tiveram que ser oferecidas em garantia. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2014, 341.225.000 ações encontram-se alienadas fiduciariamente em atendimento à cláusula de garantia mínima. Essas ações alienadas fiduciariamente, representam, aproximadamente, 96% da totalidade das ações de propriedade do Grupo. Adicionalmente ao divulgado na nota explicativa nº 16, a Companhia não possui ônus adicionais sobre seus ativos, porém figura como avalista e/ou garantidora de diversas operações financeiras contratadas por outra empresa do grupo econômico ao qual pertence, cujos saldos devedores em 31 de dezembro de 2014 montam R\$ 2.937 mil (CR Almeida S/A - Engenharia de Obras). **Nota 33 - Aprovação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela diretoria da Companhia em 19 de março de 2015.

DIRETORIA

Rio de Janeiro (RJ), 31 de Dezembro de 2014.

Marco Antonio Cassou
Diretor Presidente

João Alberto Gomes Bernacchio
Diretor Financeiro

Hélio Carrijo da Cunha
Diretor Administrativo

David Dangui Nepomoceno
Contador CRC.PR 046.200/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

lmos Srs. Administradores e Acionistas da **CR Almeida S/A - Engenharia e Construções**. Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **CR Almeida S/A - Engenharia e Construções**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração da Companhia sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **CR Almeida S/A - Engenharia e Construções** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Ênfases:** Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para os seguintes fatos: 1. A Companhia e suas controladas, conforme mencionado na Nota Explicativa 09.b, possuem créditos a receber do Governo do Estado do Paraná, decorrentes de direitos indenizatórios, remanescentes de exercícios anteriores, computados como créditos a receber de obras concluídas. Tais créditos estão sendo mantidos contabilmente com base em estimativas jurídicas ainda não reconhecidas oficialmente em sua totalidade pelo Estado, uma vez que este vem mantendo discussões quanto aos critérios de atualização. A realização desses créditos depende da execução orçamentária por parte do Estado. 2. Conforme mencionado na Nota Explicativa 08.b, a empresa controlada Primav Construções e Comércio S/A, mantém ativos resultantes de aportes de parte dos créditos a receber do Governo do Estado do Paraná, tratados no parágrafo anterior, à elas anteriormente cedidos pela Companhia controladora, em fundos de investimentos em direitos creditórios. Da mesma forma que mencionado no parágrafo anterior, a realização desses créditos depende da execução orçamentária por parte do Governo do Estado. Curitiba (PR), 19 de Março de 2015. Moore Stephens Boeing - Auditores Independentes S/S - CRC.PR 005.174/O-5. José Boeing - Contador - CRC SC-017.676/O-4 T/PR.